

AGRICULTURA FAMILIAR E TRABALHO FEMININO: O Caso da Localidade de Picada Feliz, 7º distrito de São Lourenço do Sul/RS

Caroline Tapia Bueno¹

Resumo

O presente trabalho pretendeu a identificação do papel das mulheres envolvidas em atividades na agricultura familiar, investigando as relações entre o processo de divisão do trabalho por sexo e suas consequências nas perspectivas sobre a permanência ou abandono do campo. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com doze agricultoras familiares acerca de suas vidas, trabalhos e projeções de futuro. Complementou-se o estudo com a utilização de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como, com diversas obras de autores que trabalham na temática. O estudo aponta a desvalorização do trabalho que as agricultoras familiares enfrentam juntamente das inúmeras diferenças de gênero existentes neste meio.

Palavras-chave: Trabalho, Agricultura Familiar, Mulher.

Introdução

O presente trabalho pretendeu contribuir para o desvendamento da realidade das condições de vida das agricultoras familiares. Sua ênfase recai sobre a análise de aspectos como a organização social, a divisão das tarefas no interior das famílias e a prospecção das condições de reprodução do modo de vida. Tomou-se como base para o estudo a localidade de Picada Feliz, no Município de São Lourenço do Sul/RS.

No Brasil os estudos com abordagem de gênero na Geografia começam, timidamente, a partir da década de 1980. Atualmente, a ênfase nas questões feministas destes estudos, ainda que não seja hegemônica neste campo disciplinar, se ampliou. Passados quase trinta anos, as pesquisas de gênero abrangem diferentes áreas da Geografia, como estudos rurais, urbanos entre outros e, se difundem nas universidades de todas as regiões do País (VELEDA DA SILVA, 2016).

Durante este período, se intensifica a relação entre os movimentos feministas e a academia. De acordo com Vele da Silva “os movimentos de mulheres mostram a participação das mulheres em vários setores da vida pública, lutando pelos seus direitos e necessidades através de manifestações, denunciando as desigualdades sociais imputadas as

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande – FURG

Email: caroline.bueno14@gmail.com

relações de gênero” (2000, p. 6). Desigualdades que se evidenciam em todas as esferas econômicas, na cidade e no campo.

As mulheres do meio rural enfrentam diariamente nos seus trabalhos a desvalorização tanto da sociedade, família e muitas vezes por elas mesmas, por todas estarem constituídas em uma sociedade patriarcal, onde o trabalho de mulher vale menos do que o de homem. Segundo Brumer (2004, p. 210), mesmo exercendo diversas atividades, as mulheres ainda possuem uma situação subordinada e seus trabalhos são considerados como ajuda, mesmo sendo seu trabalho igual ou maior do que o dos homens.

Para Hirata e Kergoat (2007, p. 599) a divisão sexual do trabalho é organizada a partir de dois princípios: o da separação e o da hierarquia. O primeiro trata de uma divisão clara do que é trabalho de homem e trabalho de mulher. O segundo refere-se ao fato de que o trabalho do homem tem mais valor do que o da mulher.

Portanto, o objetivo geral desta pesquisa foi o de identificar o papel das mulheres envolvidas em atividades na agricultura familiar, investigando as relações entre o processo de divisão do trabalho por sexo e suas consequências nas perspectivas sobre a permanência ou abandono do campo.

A pesquisa se justifica, não só por demonstrar as desigualdades entre as trabalhadoras e os trabalhadores na agricultura familiar, como também evidenciar a luta pelo reconhecimento da profissão dessas mulheres, na luta de sua posição e autenticação de seu papel diante de suas famílias, das sociedades e principalmente diante delas mesmas. Além de serem reconhecidas como esposas, mães, tias, essas mulheres devem ser reconhecidas pela profissão que possuem, são agricultoras.

Metodologia

A pesquisa é um estudo de caso sobre as questões de gênero na agricultura familiar na localidade de Picada Feliz, situada no município de São Lourenço do Sul/RS. “Como método de pesquisa, o estudo de caso é usado em muitas situações, para contribuir ao nosso conhecimento dos fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais, políticos e relacionados”. (YIN, 2010, p. 24.)

Na realização da pesquisa foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos:

- Primeiramente realizamos uma Pesquisa Bibliográfica para a compreensão da realidade estudada, ou seja, “o levantamento de todo o referencial já editado em relação à temática de estudo, desde periódicos, monografias, dissertações, teses, livros, publicações avulsas, boletins, documentos eletrônicos, entre outros” (RAUPP; BEUREN, 2004, p. 81).
- Após a primeira etapa, realizamos uma pesquisa qualitativa sobre o universo que o trabalho se propõe a investigar. “O termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível” (CHIZZOTTI, 2006, p. 1).
- Utilizamos o método de entrevistas com o roteiro semiestruturado e levantamento da história oral dos sujeitos investigados. Estas entrevistas foram realizadas com 12 agricultoras familiares com idade acima de dezoito anos, segundo o Código Civil correspondem à maioridade.

Trabalho Feminino e Agricultura Familiar

A agricultura familiar é responsável pela maioria dos alimentos que chegam à nossa mesa todos os dias. Pensar os processos que estão envolvidos neste sistema é essencial e inevitável, sendo que a agricultura familiar responde por 35% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e está ligada a 40% da população economicamente ativa do país. De acordo com dados do Censo Agropecuário de 2006, cerca de 4,4 milhões de unidades produtivas no país são propriedades pertencentes aos grupos familiares.

Para Wanderley (1996), entende-se por agricultura familiar,

{...} aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. (WANDERLEY, 1996, p. 02).

Revela a literatura, que inicialmente foi a mulher que teve o contato com a agricultura, e, enquanto cuidava dos filhos e da casa, começou a plantar verduras e flores, assim aproveitando o tempo e o local disponível. Segundo Buarque (2002, p. 3), “a nossa agricultura familiar é herança de uma atividade basicamente feminina [...] instituída pelas mulheres nos espaços vazios dos grandes latifúndios”. Porém, mesmo a mulher sendo pioneira nesta atividade a sociedade atual ainda impõe resistência em reconhecer o seu trabalho, que ainda é visto somente como uma “ajuda” ao homem agricultor.

A ideologia aplicada na agricultura familiar do pai ser o mais apto a desenvolver as atividades da propriedade e na falta dele na maioria dos casos, quem deve assumir é outro membro da família, geralmente do sexo masculino, acaba por deixar de lado o duro trabalho da mulher, o qual não é reconhecido e muito menos visto pelos integrantes da família e acaba não sendo visto nem por ela mesma.

A ideologia patriarcal se materializou ainda mais por passar a ideia da mulher fraca e frágil que necessita do amparo e cuidados dos homens, onde não possuem capacidades para exercer atividades que exijam muito do físico ou da capacidade do raciocínio. Sacralizada sob a ideologia patriarcal da mulher vitimizada, fraca, frágil, e que não teria forças para realizar trabalhos considerados “pesados” a invisibilidade do trabalho feminino no campo se reforçou. Uma das conseqüências dessa invisibilidade se relaciona ao reconhecimento de sua condição de trabalhadora assim como o acesso à terra e políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, direito à aposentadoria e à sindicalização, o que bem reflete ainda nos dias de hoje. (AMORIM; FIÚZA; PINTO, 2015, p. 201).

A mulher agricultora exerce uma múltipla jornada, e ao longo do dia não fica limitada a uma tarefa só, desenvolvendo diversos trabalhos importantes para a manutenção da família e da produção. Mesmo ela trabalhando em diversos setores, normalmente não é remunerada, e caso ela tenha alguma renda diretamente obtida pelo seu trabalho, normalmente o entrega ao marido intitulado “chefe de família”, que cuidará sem nenhuma participação dos fins que deverão ter este dinheiro.

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; esta forma é adaptada historicamente e a cada sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc...) (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Para Hirata e Kergoat (2007, p. 599) essa divisão é organizada a partir de dois princípios: o da separação e o da hierarquia. O primeiro trata de uma divisão clara do que é

trabalho de homem e trabalho de mulher. O segundo refere-se ao fato de que o trabalho do homem tem mais valor do que o da mulher.

A vulnerabilidade fundiária no campo vem apontando a luta constante pelo direito à terra. Principalmente quando se trata das mulheres, elas esbarram na escassez de políticas públicas para a classe e a morosidade nos trâmites para a regularização da terra. Para elas, muitas vezes, esse direito lhes é negado, principalmente quando se trata da herança do patrimônio fundiário.

Mesmo que em termos legais as mulheres tenham direito à titularidade da propriedade, este direito é impedido pelos valores e costumes das comunidades e pelo fato de o interlocutor privilegiado dos órgãos que executam as políticas do setor agrícola ser o homem/chefe de família, a quem atribuem a responsabilidade pela unidade produtiva. (SUÁREZ; SUAREZ; TEIXEIRA; MUSSI, 1994, p. 71).

Segundo Carneiro (2001), quando as mulheres herdavam algum lote, geralmente era o que tinha menos ou nenhuma atividade produtiva e com relevos acidentados impossibilitando a prática da agricultura. Normalmente, os pais durante a vida, passavam por doação a herança para filho herdeiro, assim evitando possíveis confusões após suas mortes; às filhas mulheres cabiam apenas assinar o documento de doação. Se a partilha acontecesse somente após a morte dos pais, a parte que cabia às filhas era “vendida” para o irmão sucessor, o qual já estava escolhido previamente. Este ato de vender não rendia nenhum fim lucrativo às mulheres, era somente uma forma de legalizar a transação perante o código civil brasileiro, acarretando, então, apenas em um valor simbólico e um “dever” cultural que elas tinham com suas famílias.

Porém, a opção do casamento como fonte para seguir no campo faz com que muitas jovens comecem a buscar alternativas, de maneira que possam ganhar maior visibilidade para seus trabalhos. Essa busca por reconhecimento, porém, acaba, geralmente, com o abandono da agricultura familiar.

A oferta do trabalho assalariado é um atrativo que leva muitas mulheres a se deslocarem para os centros urbanos, tendo em vista melhorar suas qualidades de vida e de trabalho, acarretando em uma intensa migração feminina e na masculinização do campo ao longo prazo. Segundo Carneiro (2001, p. 42), “as mulheres já não vêem no casamento ou na atividade religiosa as únicas fontes de inserção social. Cada vez mais, elas buscam formação profissional qualificada para o mercado de trabalho urbano”.

A Localidade de Picada Feliz e as Mulheres Agricultoras

A localidade de Picada Feliz faz parte do Município de São Lourenço do Sul no estado do Rio Grande do Sul. Segundo o Decreto Municipal Nº 2916 de 2007, este Município está dividido em sete distritos, além do Distrito Sede. Picada Feliz está incluída no 7º distrito do referente Município. Esta localidade está situada a 30 km da sede municipal e possui cerca de 500 habitantes.



Figura 1: Paisagem local de Picada Feliz. Fonte: Pesquisa de Campo, 2016.

Em relação à educação, a localidade apresenta duas escolas municipais. A Escola Municipal de Ensino Fundamental Carlos Chagas compreende as séries iniciais, possuindo poucas condições em relação à infraestrutura, visto que apresenta sistema de água de cacimba, duas salas de aula e um funcionário. A Escola Municipal de Ensino Fundamental Vital de Oliveira também compreende as séries iniciais e possui poucas condições estruturais, apresentando uma sala de aula e um professor.

A localidade é formada na sua maior parte por agricultores familiares e a principal atividade produtiva é o cultivo do tabaco, porém, em pequena escala, também são cultivados: feijão, batata, cebola, frutas cítricas e a produção de leite também faz parte da realidade dos moradores.

Sobre as mulheres entrevistadas a grande maioria está na faixa etária de 50 a 60 anos, conforme a tabela 1:

Tabela 1 – Faixa Etária das Entrevistadas

Idade (anos)	Quantidade	%
De 20 a 30	3	25
De 30 a 40	1	8,33
De 40 a 50	3	25
De 50 a 60	5	41,66
Total	12	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2016.

Do grupo de mulheres entrevistadas 83,3% são casadas e as demais solteiras. Entre as solteiras nenhuma possui filhos. Dentre as casadas 8,33% das entrevistadas possuem 4 filhos, 33,33% 3 filhos, 33,33% 2 filhos e 8,33% apenas 1 filho.

Em relação aos membros que vivem em cada residência, percebemos fortemente a formação da família “tradicional”, ou seja, a figura do pai, da mãe e dos filhos. Em alguns casos estão presentes os sogros e sogras, noras e genros, tios, cunhados, avós.

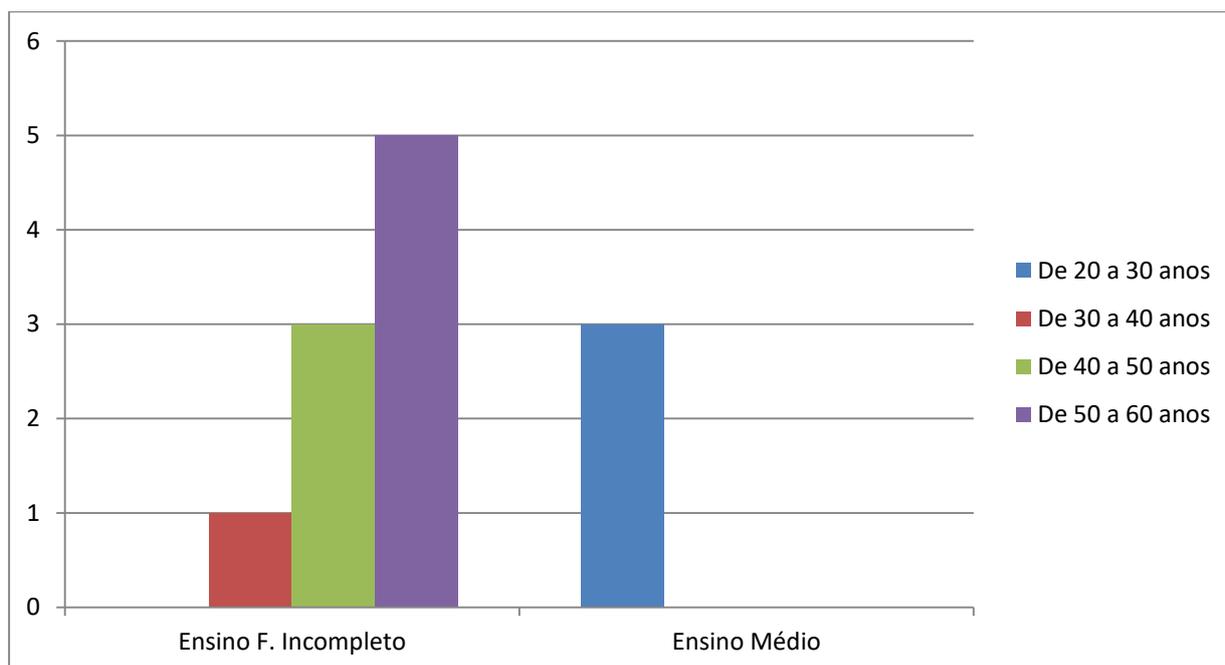
A pesquisa apontou que 50% das entrevistadas foram morar com sogros e sogras, ou seja, não foram as sucessoras das terras dos pais. Consequentemente, estas foram para a propriedade do sucessor da outra família, a do marido. Percebemos que ainda são fortes os traços de uma sociedade patriarcal, onde a mulher dificilmente é a escolha para ser a sucessora da família, ou até mesmo a herdeira de parte das terras dos pais.

Percebemos que todas as mulheres solteiras que participaram desta pesquisa moram com seus pais. Já as casadas que vivem com os pais constam uma minoria de 16,66%. Isso prova a forte indução que as moças sofrem em relação ao casamento como símbolo de saída da casa dos pais e a constituição de uma nova família, consequentemente, deixando de se submeter ao pai para submeter-se ao marido, e caso seja o sucessor, também aos sogros, deixando-as à mercê da lógica de trabalho da nova família e também de conflitos com o novo “chefe” da família.

Quanto à educação, a maioria das entrevistadas, 75%, possui nível de escolaridade referente ao ensino fundamental incompleto, correspondente às séries iniciais. Isso acontece devido à dificuldade de acesso às escolas de nível fundamental completo na localidade. Como

foi visto anteriormente, a localidade possui somente duas escolas pequenas de ensino fundamental incompleto, portanto, para continuar os estudos, as moças precisam ir a outras escolas da área rural que ficam longe de onde vivem. Porém, mesmo com a dificuldade, 25% das entrevistadas possuem o ensino médio completo. Essa relação também se revela através da idade, percebemos que as que estudaram mais são as mulheres mais jovens, conforme o gráfico 1.

Gráfico 1: Relação entre idade e escolaridade das entrevistadas.



Fonte: Pesquisa de Campo, agosto e setembro de 2016.

A relação de idade é um fator de relevância, pois, percebemos que as mulheres mais novas e as solteiras, principalmente, são as que detêm maior nível de escolaridade. Conforme trata a autora,

Isso ocorre porque, de um modo geral, sabendo que serão preteridas na partilha da terra familiar ou na obtenção de um emprego estável no meio rural, ou rejeitando uma situação semelhante a de suas mães, as moças investem mais do que os rapazes em sua educação, com vistas a uma possível migração para a zona urbana. (BRUMER, 2004, p. 2019).

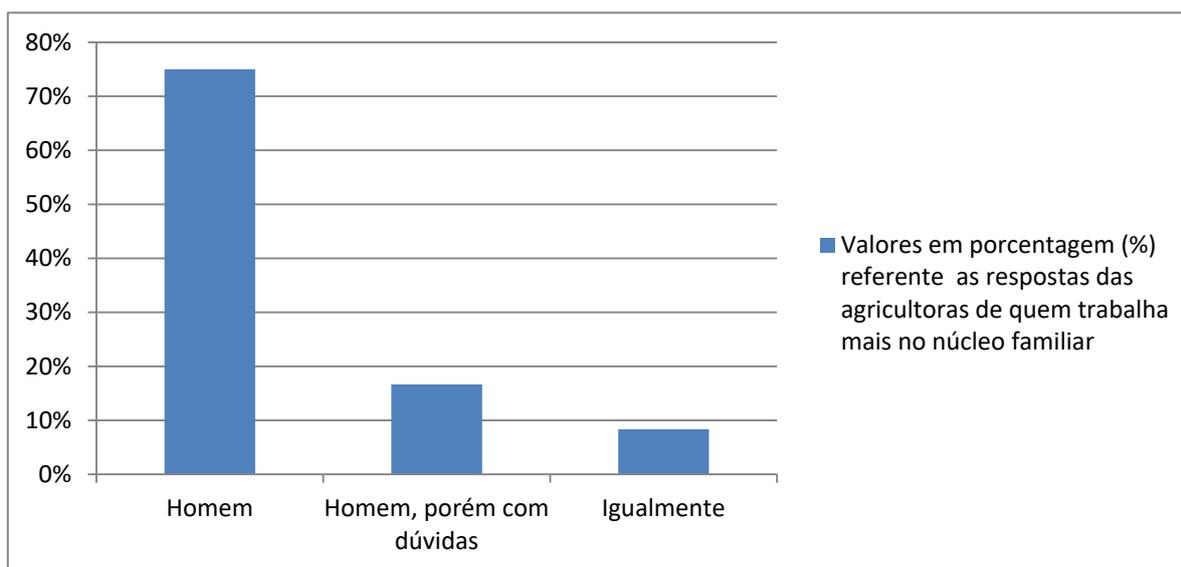
Entretanto, quando indagadas se pretendem continuar os estudos ou se estão estudando no momento, todas afirmaram que não, e não demonstraram interesse em continuar na jornada de estudos.

O Trabalho e as Desigualdades Vividos pelas Entrevistadas

Observamos que 66,6% das entrevistadas trabalham na lavoura e desempenham outras tarefas no núcleo familiar, como o cuidado da casa, da horta, dos filhos, ordenha das vacas, etc. 25% delas apontaram que somente trabalham na lavoura, porém quem executa as outras atividades como o cuidado da casa, horta, etc., são as filhas (geralmente solteiras), noras ou sogras. Apenas 8,33% das entrevistadas afirmaram exercer atividades unicamente de casa. Aos homens (maridos, genros, cunhados, sogros) cabe uma única tarefa, o trabalho na lavoura.

Entretanto, mesmo a mulher desempenhando inúmeras atividades ao longo do dia, elas consideram o homem a pessoa que trabalha mais no núcleo familiar, conforme abordado no gráfico 2.

Gráfico 2: Relação de quem trabalha mais dentro do núcleo familiar, segundo as entrevistadas.



Fonte: Pesquisa de Campo, agosto e setembro de 2016.

Esse resultado é o reflexo de uma sociedade que mesmo que venha avançando em políticas públicas para as agricultoras familiares mostra o quanto esse avanço é lento e insuficiente para que todas reconheçam a real importância de seus trabalhos, visto que ainda colocam a responsabilidade do êxito da produção, na maioria das vezes, na figura masculina, podendo ser o marido, pai ou filho. Deste modo, podemos observar através das respostas a desvalorização do próprio trabalho: “Os homens, porque fazem mais serviço esforçado”, afirma a entrevistada 4, enquanto a entrevistada 8 faz distinção em relação ao trabalho de

homem e de mulher: “Como é que se diz... Na lavoura os homens porque tem mais força, e em casa as mulheres que tem que fazer tudo e é bastante serviço que tem na colônia em casa”.

Nessa perspectiva, o homem e a mulher são vistos como duas variantes, superior e inferior, da mesma fisiologia. Essas relações de dominação irão se estender para as áreas do trabalho e consequentemente nas relações sociais e, ainda se fazem presentes, sobretudo no meio rural. O sistema de valores produzido pela sociedade e reproduzido nas relações familiares afirma a situação de dupla exploração da força de trabalho feminino e legitima a inserção da mulher na produção sem questionar a divisão sexual do trabalho doméstico. (AMORIM; FIÚZA; PINTO, 2015, p. 199)

Mesmo com toda desvalorização do trabalho feminino, podemos afirmar que as mulheres estão questionando mais sobre o trabalho familiar. Em 16% das respostas percebemos que as mulheres depois de afirmarem que todos trabalham igualmente dentro do núcleo familiar, refletiram que trabalhavam um pouco mais que o restante da família. Entretanto, esse trabalho a mais do que os outros não foi motivo para que afirmassem serem as que mais trabalham dentro da esfera produtiva, aí percebemos a desvalorização do próprio trabalho introjetada intimamente nas suas vidas. “Todos trabalham parelho, não tem essa de um trabalha mais, a minha função é mais eu trabalho mais de noite né, mas isso é serviço de casa isso toda a mulher tem de noite, trabalhar um pouco mais” relata a entrevistada 1.

Com isso, percebemos que há uma desvalorização do trabalho doméstico, gerando uma maior valorização do trabalho na lavoura onde, segundo elas, o homem que detém maior força trabalha mais e isso o torna a pessoa mais importante dentro da propriedade e na família.

Cabe enfatizar que a participação nas tarefas agrícolas não modifica a posição da mulher na hierarquia familiar. Mesmo em situações em que esta assume quase por completo a atividade produtiva, ela permanece na posição de auxiliar do homem. Neste sentido, a desigualdade entre os gêneros não está calcada na invisibilidade social do trabalho feminino ou na não-participação do processo produtivo, mas nos valores ideológicos que sustentam uma sociedade patriarcal. (CARNEIRO, 2001, p. 48).

Entretanto, mesmo nesse cenário de desvalorização do trabalho feminino, observamos que as mulheres estão de certa forma ganhando maior autonomia em relação as suas vidas. Quando indagadas se sentiam parte da produção familiar, foi unanime a afirmação. Entretanto, quando nos referimos à remuneração apenas 33% afirmaram receber por seus trabalhos, o restante afirmou não receber nada pelo trabalho que exerce.

As mulheres trabalham mas não recebem rendimento monetário, e têm pouco acesso à terra, tecnologia, crédito e assistência técnica. Além disso, o trabalho que elas realizam é pouco valorizado socialmente. Ainda predomina a visão de que os homens são quem de fato trabalham; as mulheres apenas ajudam. Por muitos anos, as mulheres não possuíam sequer documentos civis e trabalhistas; e quando

possuíam, eram enquadradas neles como domésticas e do lar. (CORDEIRO, 2007, p. 07).

A falta de remuneração dessas agricultoras, geralmente, está relacionada à idade e estado civil. Podemos atribuir isso, principalmente, às filhas mais novas e solteiras cujos trabalhos são considerados apenas uma ajuda para a família, tanto pelo pai como muitas vezes por elas mesmas, devido o sistema patriarcal introjetado em suas vidas.

Com a pesquisa, podemos constatar que todas as agricultoras solteiras não possuem nenhuma remuneração pelo trabalho exercido, essas também são as mais novas (faixa etária dos 20 a 23 anos) dentre as entrevistadas. Deste modo, decidem sair do meio rural para trabalhar na cidade, e muitas vezes, são atraídas por trabalhos subalternos e com salários baixos.

Cordeiro (2007) ressalta que a presença feminina na agricultura familiar é grande, porém existe uma parcela enorme dessas mulheres que não recebem nenhum rendimento referente aos seus trabalhos.

Quanto à definição de onde o dinheiro deve ser gasto e sobre quem é o interlocutor dessas decisões, mais uma vez percebemos que as mulheres se dirigem à figura do homem. Notamos que 50% das entrevistadas afirmam que quem define onde o dinheiro deve ser gasto é o marido ou pai. A decisão é justificada por respostas carregadas de falta de reconhecimento e de hierarquia relacionada ao sexo e a idade. “O pai, porque é ele quem manda”, afirma a entrevistada 10, filha solteira. “O marido porque ele é o chefe da família”, responde a entrevistada 11.

Porém, mesmo que esse cenário esteja ainda vivo dentro dessas famílias, de diferenças sexuais, de idade e de hierarquia onde os homens se sobressaem em relação às mulheres, foi também analisado que cerca de 40% das entrevistadas afirmam que a decisão de onde o dinheiro deve ser gasto é feita em conjunto com todos os membros que vivem na propriedade. E apenas 8% afirmam desconhecer quem toma as decisões.

A questão sobre o reconhecimento da profissão é um debate que gerou muitas lutas para a melhoria das condições de vida e de trabalho das agricultoras familiares. A falta de reconhecimento da profissão agricultora é uma discussão antiga e ao mesmo tempo atual,

tendo em vista a dificuldade de muitos em aceitar e reconhecer que as mulheres que vivem no meio rural não são meramente esposas de agricultores e sim agricultoras.

Portanto, foi questionado as entrevistas qual seria a profissão das mesmas, 66% das entrevistadas afirmam sem nenhuma dúvida que são agricultoras, porém, o restante ou teve dúvidas sobre a própria profissão ou respondeu outra, as mais frequentes foram: cozinheira, dona de casa e serviços gerais.

Perante isso, podemos verificar que mesmo que a maioria das mulheres se perceba agricultora, ainda há uma grande parcela que não se sente parte da profissão, mesmo exercendo seus trabalhos na lavoura, em casa, na horta e nos demais espaços da propriedade. “Não são as mulheres que se ocultam, são as relações de dominação patriarcal que lhes atribuem um lugar menor.” (GOUVEIA, 2003, p. 45).

A falta de informação também é nítida entre as entrevistadas, percebemos que essas mulheres se sentem carentes de informações sobre políticas públicas e acessibilidades a financiamentos. Das 12 entrevistadas, apenas 1 (uma) se sente contemplada por políticas públicas voltadas às mulheres.

Com isso, indagamos as mulheres se elas consideram suas tarefas trabalho ou ajuda, e em 50% das respostas elas afirmaram que suas tarefas são trabalho, entretanto 33,3% afirmaram somente ajudar (mesmo listando mais atividades do que os homens) e 16,6% afirmam ser trabalho e ajuda.

Mesmo com tais respostas, todas afirmam se sentirem reconhecidas por seus trabalhos, porém, parece que algumas não percebem o quanto são importantes não somente para a família, mas também para a manutenção econômica da propriedade.

Entre o Ir e o Ficar...

Vários fatores são citados pelos autores sobre as causas para o abandono, principalmente da juventude, do campo. As mulheres neste cenário são as que talvez mais sofrem com o processo de abandono, seja por falta de reconhecimento do seu trabalho, por falta de remuneração (salário), falta de terra (exclusão da herança), etc.

A seletividade da migração por idade e sexo pode ser explicada, em grande parte, pela falta de oportunidades existentes no meio rural para a inserção dos jovens, de forma independente da tutela dos pais; pela forma como ocorre a divisão do trabalho no interior dos estabelecimentos agropecuários e pela relativa invisibilidade do trabalho executado por crianças, jovens e mulheres; pelas tradições culturais que priorizam os homens às mulheres na execução dos trabalhos agropecuários mais especializados, tecnicizados e mecanizados, na chefia do estabelecimento e na comercialização dos produtos; pelas oportunidades de trabalho parcial ou de empregos fora da agricultura para a população residente no meio rural; e pela exclusão das mulheres na herança da terra. (BRUMER, 2004, p.210).

Quanto ao interesse em abandonar o campo nos dias atuais ou no passado, mais da metade das entrevistadas afirmaram não ter em nenhum momento vontade de abandonar o campo. Elas se justificam por achar que não se adaptarão na cidade, pois sempre viveram, ou por se sentirem mais livres no meio rural.

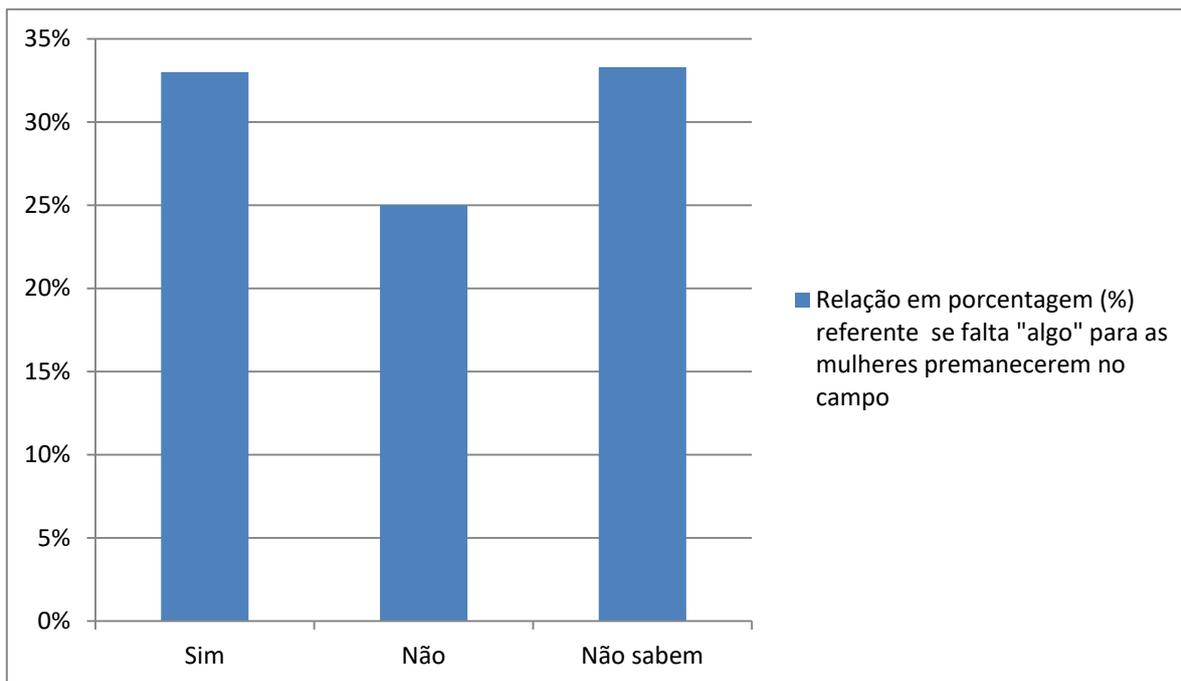
As entrevistadas que já cogitaram em abandonar o campo, mas optaram em continuar, citam a dificuldade em se desligar das tarefas do meio rural, do vínculo que possuem com a terra e da falta de estudos. “O que eu vou fazer na cidade se eu não estudei? Meu marido até fala as vezes que quando se aposentar em ir para a cidade, mas eu acho que não.”, afirma entrevistada 6. “Já pensei, mas é difícil sair daqui.”, relata entrevistada 11. “Já tive, mas preferi ficar aqui porque é onde eu conheço desde pequena.”, responde entrevistada 12.

Apenas uma entrevistada afirmou ter vontade de sair do campo, salientando as dificuldades da vida na lavoura e principalmente na cultura do tabaco.

Do meu lado sim, já os outros (marido, filhos) não querem fazer o quê?! Acho que na cidade é mais fácil à vida, na lavoura é meio abaixo de sol e chuva tu tem que enfrentar e nós plantemos fumo ai não tem escolha se chove ou tem sol forte tem que ir. – relatou a entrevistada 9.

Diante dos distintos interesses em abandonar ou permanecer no campo, questionamos as mulheres participantes da entrevista se acham que falta alguma coisa (políticas públicas, investimentos em educação, etc.) para as mulheres permanecerem no campo (gráfico 3). Observamos uma forte divergência de respostas entre algumas entrevistadas, principalmente as mulheres que estão na faixa etária dos 50 aos 60 anos, pois não veem motivos ou a falta de nenhum fator para que as mulheres abandonem o campo.

Gráfico 3: Respostas sobre a falta de “algo” para as mulheres permanecerem mais na agricultura.



Fonte: Pesquisa de Campo, agosto e setembro de 2016.

Referente aos 25% das mulheres que afirmaram não faltar nada a mais para que a mulher permaneça no campo, distingue-se que estas são as que estão na faixa etária dos 50 a 60 anos em diante, isso pode ocorrer porque já fizeram suas escolhas e estão “adaptadas” ao que o rural oferece, soma a isso também, o fato de serem casadas, já possuindo um laço forte com a terra a cultura do meio rural.

No entanto, identificamos que 33,3% das mulheres afirmam não saber se falta algo para a permanência das mulheres no meio rural, estas podem não estar conseguindo identificar o que lhes falta nesse local para realizar seus projetos de vida por inúmeras razões, dentre elas: falta de opções, falta de tempo devido à diversidade de tarefas que as impedem de ter outros projetos, ou até mesmo devido suas escolhas nem pensem em outro modo de vida.

Sobre as mulheres que responderam faltar alguma coisa, percebemos que quase totalmente são as mais jovens (faixa etária dos 20 a 30 anos), nesse grupo estão todas as solteiras. A resposta mais frequente é a falta de investimentos em escolas, tanto de ensino médio como formação técnica voltada para o rural.

Assim de repente até um colégio que dava mais incentivo em permanecer na colônia, que nem esse colégio Santa Isabel (Escola Técnica Agrícola) aquele tinha que ter mais assim. Se não fosse tão longe eu mandava minha filha para lá, mas não

tem como ela chegar até lá. Só ficando, aí também é ruim. De repente se tivesse mais incentivo elas ficariam mais. – relatou entrevistada 1.

A falta de investimentos em educação e incentivos para a mulher permanecer no campo são preocupações que as entrevistadas expuseram perante as entrevistas, tendo em vista seus futuros e de suas filhas.

Neste sentido, entende-se que a intenção (ou desejo) de permanência na região de origem (a colônia) aparece, na maioria dos casos, associada a um projeto de profissionalização próprio, independente da atividade agrícola, o que explica a incidência de moças que se preparam para cursar o terceiro grau. (CARNEIRO, 2001, p.41).

Percebemos, portanto, com esta pesquisa que, na localidade de Picada Feliz, o papel das mulheres na agricultura é de extrema importância para cada família, assim sendo, são agricultoras que executam seus inúmeros trabalhos e asseguram o desenvolvimento da propriedade e a manutenção do núcleo familiar.

Conclusão

Percebemos que as mulheres, mesmo realizando inúmeras atividades, ainda não se consideram tão importantes quanto os homens, o que faz com que desvalorizem seus trabalhos, os quais são indispensáveis para a vida no campo.

Mesmo historicamente havendo a desvalorização do trabalho feminino, as mulheres de Picada Feliz se sentem reconhecidas por seus trabalhos, porém nem todas se sentem agricultoras, o que é um problema que deve ser resolvido. Os órgãos públicos devem agir na localidade, agir no sentido de gerar conversas abertas, debates e palestras para que essas mulheres consigam se enxergar como devem se enxergar, ou seja, mulheres agricultoras que possuem plena importância para a família e para a produção. Com isso também informá-las das políticas públicas as quais têm direito, pois a pesquisa apontou dados agravantes em relação a quantas entrevistadas conhecem programas voltados às mulheres agricultoras. Pois não é um avanço criar políticas públicas se as próprias interessadas não possuem as informações essenciais para utilizá-las.

Sobre a permanência e o abandono do campo, notamos que mesmo as mulheres possuindo dificuldades quanto à desvalorização e falta de remuneração de seus trabalhos, a grande maioria prefere continuar no rural, por ser parte de suas vidas. Percebemos também

que essas mulheres têm um forte vínculo com a terra e a possibilidade de abandonar o campo parece ser dolorosa. No entanto, elas desejam melhorias, principalmente na educação, pois possuindo mais possibilidades de estudo na área rural, acreditam que as filhas e as mulheres mais jovens não vão querer abandonar a agricultura familiar.

Portanto, o papel das mulheres da localidade é de executar inúmeros trabalhos e, conseqüentemente, ser uma das responsáveis pelo bom andamento da propriedade. Porém, devido ao sistema patriarcal introjetado intimamente no cotidiano dessas mulheres, muitas acabam por não se reconhecerem como agricultoras, gerando pouco reconhecimento de seus trabalhos.

Por fim, percebe-se que mesmo nesse cenário de diminuição do trabalho feminino, as mulheres vêm ganhando força, dados da pesquisa apontaram para uma parcela significativa que acredita que seu trabalho é tão importante quanto o do homem e que assumem juntamente com o mesmo a liderança da família. Com isso, gera-se esperança de que o processo de inferiorização do trabalho feminino esteja mudando na área rural, mesmo que lentamente. Entretanto, esse sistema é ainda muito forte e temos muito que lutar para que todas as mulheres se sintam verdadeiras agricultoras e donas dos seus próprios futuros.

Referências Bibliográficas

AMORIM, E.; FIÚZA, A. L.; PINTO, N. M. Mulher e trabalho no meio rural: como alcançar o empoderamento? **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia-MG, v. 28, n. 1, Jan./Jun. 2015.

ABRAMOVAY, R.; CAMARANO, A. A. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos da População**, Brasília, v. 15, n.2, p. 45-66, 1998.

ABROMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma Agrária** – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, vols. 28 n° 1,2 3 e 29, n°1, Jan/dez 1998 e jan/ago 1999.

BNDES. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf**. Acessado em: 14 de novembro de 2015. Online. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/apoio/pronaf.htm>

BRASIL. **Censo Agropecuário**. Resultados preliminares. Disponível em: http://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Agropecuario_2006/. Acesso em: 15/03/2016.

BRASIL. **Estatuto da juventude: atos internacionais e normas correlatas.** – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, p. 103, 2013.

BRUMER, A. Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revistas Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n. 1, p. 205- 227, janeiro-abril/2004.

BUARQUE, C. Integração da perspectiva de gênero no setor da reforma agrária. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**, Brasília, p. 1-45, 2002.

CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Estudos Feministas**, Brasília, v. 9, n.1, p. 22-55, 2001.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais.** Petrópolis: Vozes, 2006.

CONTERATO, M. A. Características da pluriatividade nos espaços rurais do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – GEPAD. **I Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural**, 24 e 25/11/2005. Disponível em: http://www.cifers.t5.com.br/M.A.%20Conterato_pluriativ_nos_espacos_rurais.pdf Acesso em: 30 maio de 2016.

CORDEIRO, R. Agricultura familiar, trabalho feminino e ação coletiva. In: **Anais do XIV ENCONTRO DE PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA**, 2007.

FRANCISCO, M. L. Geografia de Gênero e Trabalho Familiar: Algumas Considerações. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 2, n. 1, p. 27-36, jan. / jul. 2011.

GOUVEIA, T. Muito Trabalho e Pouco Poder Marcam a Vida das Agricultoras. **Observatórios da Cidadania**, Brasília, p. 44- 49, 2003.

HIRATA, D., KERGOAT, H. NOVAS CONFIGURAÇÕES DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

IBGE. **Senso 2010.** Acessado em: 21 julho de 2016. Online. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais.htm

LAMARCHE, H. **Agricultura familiar: comparação internacional.** Tradução Frédéric Bazin. Campinas: Unicamp, 2 v, 1998.

MARTINS, Gilberta de Andrade. **Estudo de Caso Uma Estratégia de Pesquisa.** São Paulo, Atlas SA -2006.

MELO, H. P.; SABBATO, A. O feminino no mundo rural: um olhar pela PNAD/IBGE. In: **Anais do CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL**, 10.; CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 38., 2000, Rio de Janeiro. Brasília: SOBER, 2000. 1 CD-ROM.

MELO, L. Injustiças de Gênero: o trabalho da mulher na agricultura familiar. In: **Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, Minas Gerais, 2002.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Estudo dos solos do município de São Lourenço do Sul – RS**. Circular 52. Pelotas, 1ª ed. 47 p., 2005.

PREFEITURA DE SÃO LOURENÇO DO SUL. **Decreto 2916**. Acessado em: 2 março de 2016. Online. Disponível em: http://www.saolourencodosul.rs.gov.br/arquivos/Decreto_2916.pdf

RAUPP, F.; BEUREN, I. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2004. 2v.

SUÁREZ, M.; SUAREZ, M.; TEIXEIRA, Z. A.; MUSSI, H.. Perspectiva de Gênero Na Produção Rural. **Estudos de Política Agrícola**, Brasília, v. 22, p. 1-85, 1994.

SCHEFLER, M. L. Gênero, autonomia econômica e empoderamento. O real e o Aparente: Sistematização de processos de investigação-ação e/ou de Intervenção social. **Feminismos**, v.1, n.3 set. - dez. 2013.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação**. 1ª ed. Quito/Equador: Ed. Flacso – Serie FORO, 2009, p. 132-161.

VELEDA DA SILVA, S. M. Os Estudos de Gênero no Brasil: Algumas Considerações. **Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 3, p. 1-13, 2000.

VELEDA DA SILVA, S. M. **Geografías feministas brasileñas: un punto de vista**. In: IBARRA GARCÍA; ESCAMILLA-HERRERA (Coord.). **Geografías feministas de diversas latitudes. Orígenes, desarrollo y temáticas contemporáneas**. México: IG/UNAM, 2016, p. 71-93.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**/Robert K. Yin; tradução Ana Thorell; revisão técnica Cláudio Damacena. – 4. Ed. – Porto Alegre: Bookman, 2010. 248 p.

WANDERLEY, M. N. B. A Modernização Sob O Comando da Terra : Os Impasses da Agricultura Moderna No Brasil. **Ideias**, IFCH.UNICAMP. CAMPINAS, v. 3, n.2, p. 25-54, 1996

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: UPF, n3, p. 21-55, 2001.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, p. 42-61, 2003.

WOORTHMANN, E. F.; WOORTHMANN, K. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa.** Brasília: EDUnB, 1997